



NOTA TÉCNICA N. 3/2025

COMISSÃO DE SOLUÇÕES FUNDIÁRIAS DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA FEDERAL

Proposta de Nota Técnica

Diretrizes sobre a participação de magistrados(as) com jurisdição em causas relacionadas nas atividades das Comissões Regionais Federais de Soluções Fundiárias

Objetivo

Estabelecer diretrizes acerca da participação de magistrados(as) que exerçam ou tenham exercido jurisdição em causas relativas a conflitos fundiários nas etapas procedimentais conduzidas pelas Comissões Regionais Federais de Soluções Fundiárias, bem como quanto à atuação de membros dessas comissões que tenham proferido decisões ou participado de processos jurisdicionais vinculados ao mesmo objeto.

Da atuação recomendada e dos limites aplicáveis a magistrados(as)

É recomendável que o(a) magistrado(a) competente para o processamento e julgamento da ação judicial seja convidado(a) à etapa de visita técnica, em observância aos princípios do livre convencimento motivado (art. 93, inciso IX, da Constituição Federal), do dever de fundamentação (art. 489, § 1º, inciso II, do CPC/2015), da livre apreciação da prova (arts. 370 e 371 do CPC/2015), bem como aos princípios da cooperação processual (art. 6º do CPC/2015) e da busca da verdade real, justiça e equidade.

Quando cabível, essa participação tem por finalidade assegurar o conhecimento direto da realidade fática e social do conflito fundiário, fortalecer a formação do convencimento judicial e promover a articulação entre as esferas jurisdicional e administrativa, sob a perspectiva da prevenção e resolução pacífica dos litígios.

Deve ser evitada, entretanto, a atuação do(a) magistrado(a) da causa originária na etapa de mediação e conciliação do incidente e nas fases subsequentes, bem como a de magistrado(a) integrante da comissão que tenha conhecido ou proferido decisão em processo jurisdicional relacionado ao mesmo conflito fundiário.

Essa limitação fundamenta-se nos incisos XXXVII e LIII do art. 5º da Constituição Federal, nos arts. 144 e 166 do CPC/2015, no art. 5º da Lei nº 13.140/2015 (Lei de Mediação), no art. 7º, § 6º, da Resolução CNJ n. 125/2010, e nos princípios da independência, imparcialidade, confidencialidade, autonomia da vontade, informalidade, oralidade, celeridade e decisão informada, que regem os procedimentos autocompositivos, conforme o art. 5º da Resolução CNJ n. 510/2023.

Conclusão

Esta proposta busca afastar dúvidas quanto à independência e à imparcialidade das Comissões Regionais de Soluções Fundiárias, evitando a sobreposição de funções administrativas e jurisdicionais e assegurando a autonomia, integridade e legitimidade dos mecanismos de autocomposição instituídos pela Resolução CNJ n. 510/2023.

Desembargador Federal **RICARDO PERLINGEIRO**

Coordenador da Comissão de Soluções Fundiárias da Corregedoria-Geral da Justiça Federal



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Perlingeiro Mendes da Silva**, Usuário Externo, em 26/11/2025, às 15:15, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

https://sei.cjf.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
informando o código verificador **0798225** e o código CRC **7F0388D3**.



CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Sector de Clubes Esportivos Sul - Lote 09 - Trecho III - Polo 8 - Bairro Asa Sul - CEP 70200-003 - Brasília - DF - www.cjf.jus.br

CERTIDÃO - SCG/ASCOR

Certifico que em reunião virtual realizada no dia **12 de novembro de 2025**, a **Comissão de Soluções Fundiárias da Corregedoria-Geral da Justiça Federal** deliberou, por unanimidade, pela aprovação da **NOTA TÉCNICA n. 3/2025** (Diretrizes sobre a participação de magistrados(as) com jurisdição em causas relacionadas nas atividades das Comissões Regionais Federais de Soluções Fundiárias - id 0798225), proposta pelo Desembargador Federal Ricardo Perlingeiro, Coordenador da referida comissão:

Participaram da deliberação:

Desembargador Federal **Ricardo Perlingeiro** (Relator e Coordenador da comissão) - TRF2

Desembargador Federal **Marcelo Vieira de Campos** - TRF3

Desembargador Federal **André Prado de Vasconcelos** - TRF6

Juiza Federal **Mária Rúbia Andrade Matos** - AJUFE

Defensor Público Federal **Thales Arcoverde Treiger** - DPU

Advogado **Ian Samitrius Lima Cavalcante** - OAB

Desembargadora Federal **Rosimayre Gonçalves de Carvalho** - TRF1

Juiza Federal **Catarina Volkart Pinto**, em substituição ao Desembargador Federal Altair Antonio Gregório - TRF4

Desembargador Federal **Élio Wanderley Siqueira**, em substituição ao Desembargador Federal Manoel de Oliveira Erhardt - TRF5

Juiz Federal auxiliar **Otávio Henrique Martins Port**, da Corregedoria-Geral da Justiça Federal

Ausentaram-se, justificadamente:

Desembargador Federal **Pablo Zuniga** - TRF1

Desembargador Federal **Flávio Lucas** - TRF2

Desembargador Federal **Altair Antonio Gregório** - TRF4

Desembargador Federal **Manoel de Oliveira Erhardt** - TRF5

Procurador Federal **Júnior Divino Fideles** - AGU

Procuradora da República **Nathalia Geraldo Di Santo** - MPF

E, para constar, lavro a presente certidão, que vai assinada por mim, Elane Pereira da Rosa, Diretora da Divisão de Feitos Administrativos da Corregedoria-Geral da Justiça Federal.



Documento assinado eletronicamente por **Elane Pereira da Rosa, Diretor(a) - Divisão de Feitos Administrativos**, em 26/11/2025, às 15:18, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2006/lei_11419_2006.htm).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
https://sei.cjf.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
informando o código verificador **0798457** e o código CRC **0D2F133E**.